

## Mercantilização Da Educação Básica Pública E Sua Relação Com O PNE

Cláudio Adão Moraes Andrade<sup>1</sup>

### Resumo

A pesquisa analisa o fenômeno da mercantilização da educação básica brasileira como novo formato da lógica privatista atendendo às subjetividades da atual fase do capitalismo financeiro. Enquanto muitas “marcas” educacionais fazem a abertura de seu capital vendendo ações nas bolsas de valores (IPOS) com a finalidade de não sucumbir à competição desleal, os fundos *private equity* de grupos gigantes no setor, e as Holdings, seguem formando conglomerados. Empresas especializadas no ramo da mineração, indústria, transformação, logística, comércio e etc., veem na educação básica nacional um filão rentável para seus investimentos. A complexificação da fronteira entre o público e o privado intensificada com a ideologia da conciliação de classes, permite que essas empresas potencializem seus lucros, tanto no ensino privado como na rede pública de ensino. A mercantilização constatada na educação básica brasileira tem influenciado as políticas públicas orientando reformas, modelando avaliações e produzindo currículos. Essa é uma prática pedagógica que se legitima como reprodutora das desigualdades estruturais do sistema capitalista em sua fase mais voraz.

**Palavras-chave:** mercantilização, privatização, Plano Nacional de Educação.

### Abstract

The research analyzes the phenomenon of the commodification of Brazilian basic education as a new format of privative logic, attending the subjectivities of the current phase of financial capitalism. While many educational "brands" open their capital by selling shares on the stock exchange (IPOS) in order not to succumb to unfair competition, private equity funds of giant groups in the sector, and Holdings, continue to form conglomerates. Companies specialized in mining, industry, transformation, logistics, commerce and etc., see in national basic education a profitable line for their investments. The intensification of the public-private frontier intensified with the ideology of class reconciliation allows these firms to maximize their profits, both in private and public education. The commercialization observed in Brazilian basic education has influenced public policies by orienting reforms, modeling evaluations and producing curricula. This is a pedagogical practice that legitimates itself as a reproducer of the

---

<sup>1</sup> Licenciado em Pedagogia pela Universidade Veiga de Almeida. Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Pós Lato censo em Filosofia, Sociologia e Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Cândido Mendes. Mestrando do Programa de Educação Profissional e Tecnológica do IFF.

structural inequalities of the capitalist system in its most voracious phase. And leading to bankruptcy the National Education Plan is paramount for such groups to reach their goals.

**Keywords:** commodification, privatization, National Education Plan

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo mapear a migração do recente fenômeno da mercantilização da educação, que segundo Adrião et al. (2016), tem deixado de atuar exclusivamente no ensino superior, voltando-se à educação básica como alternativa de lucro implementando estratégias de mercado na direção da financeirização e formação de oligopólios voltados à internacionalização.

O Plano Nacional de Educação (PNE, lei 13005/2014) sofreu influências do empresariado desde sua concepção, “via UNDIME e CONSED, nos Conselhos de Educação e no próprio aparelho de Estado, como ilustram as ações do Movimento Todos pela Educação” (SAVIANI, 2014). Embora defendamos a sua importância, a defesa não se dá de forma dogmática, pois a redação da lei aprovada também abre espaço estratégico para inserção do privado e transferência de recursos públicos (CARDIN, 2017). Porém Deixaremos em segundo plano essa controvérsia.

## JUSTIFICATIVA

Como o empresariado poderia extrair recursos da educação pública? Conforme Saviani (2014), a lógica privatista não lucra exclusivamente com matrículas diretas. A transferência de recursos públicos para setores privados está cada dia mais em voga. Está em curso a radicalização da mercantilização da educação básica.

Grupos gigantes que atuam na bolsa de valores passam a se articular para investir no setor implantando a lógica empresarial, tanto na gestão como nos resultados. Meu foco são os grupos de capital aberto<sup>2</sup> que tem, inclusive no Banco Mundial, um de seus financiadores. Adrião et al. (2016) afirma que esses grupos, que constituem uma elite financeira, influenciam na criação de políticas públicas reproduzindo uma estrutura social estratificada. A manutenção das desigualdades tem posição de destaque em sua cartilha. Não militam uma educação transformadora. E, ao se apropriarem da escola pública, seguindo a dinâmica

---

<sup>2</sup>Grupos de capital aberto vendem ações na bolsa de valores, enquanto os grupos de Capital fechado não vendem ações.

toyotista<sup>3</sup>, querem transformá-la numa produtora de mão de obra qualificada sob a pedagogia das competências: acrítica, eficiente, funcional e descartável. Sendo assim, eles lucram no processo e se beneficiam com o perfil de aluno formado sob tal ideário.

Aprovar a Emenda Constitucional n.º 95<sup>4</sup>, tem relação com o PNE que já vinha sendo desarticulado, principalmente pela falta de vontade política da união, não criando o sistema nacional de educação, como foi estabelecido pela lei 13005/2014 no artigo 13. Ao mesmo tempo em que o governo congela o investimento na educação, ele se nega a implementar o instrumento de financiamento denominado Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e Custo Aluno-Qualidade (CAQ). O que determinaria um investimento mínimo padronizado por aluno em território nacional.

Esta medida, fundamental para o cumprimento de todas as metas do PNE, está documentada em quatro das doze estratégias que compõem a meta 20 do Plano, que aborda o financiamento da educação. Meta que, a propósito, foi comprometida com a política de entrega da Petrobrás e do pré-sal. O que banalizou o esforço nacional de construção coletiva através das CONAES. Segundo Moreno (2017), o prazo para a implementação do CAQi terminou no fim de junho de 2016, dois anos após a aprovação do PNE. Já o CAQ teria que entrar em vigor em meados de 2018.

Este estudo é uma análise qualitativa de caráter exploratório. Para desenvolver o trabalho foi utilizado estudo bibliográfico, dossiês, notícias de jornais e artigos científicos, além de documentos oficiais do governo federal. Esta pesquisa deseja responder a seguinte pergunta: Os grupos de capital aberto que atuam através da bolsa de valores podem influenciar na construção de políticas públicas no setor? Se a resposta for sim, essa influência seria positiva e/ou negativa para quem?

## **MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Quando se pensa em privatizar a educação por meio dos variados instrumentos de mercantilização, não se trata unicamente de fazer a transferência de recursos. A lógica empresarial coloca o pedagógico em segundo plano. Metodologias que contemplam o aluno em sua integralidade sedem lugar às estratégias que formam um ser amputado. E o conteúdo,

---

<sup>3</sup> O Toyotismo consiste num modo de produção industrial que contrapõe o Fordismo em muitos aspectos, sendo o principal a flexibilização da produção, o que ganhou desdobramentos na exploração e precarização da mão de obra e das condições de trabalho.

<sup>4</sup> Objeto das PEC's 241/55, a Emenda Constitucional n.º 95 define um teto para gastos públicos e congela investimentos durante 20 anos. Efetua um ajuste fiscal que leva o país a um estado de exceção econômica.

visando satisfazer a demanda do mercado, condiciona a produção de pessoas funcionais e passivas no final do processo ensino aprendizagem. O currículo forma a ideologia dominante (APPLE e BURAS, 2008 apud ESTEBAN 2015).

A crise capitalista, acirrada no ano de 2008, tem intensificado ações oficiais de uma agenda mercadológica. Essa crise sistêmica tem aumentado nos últimos anos em solo nacional, pois seus desdobramentos interagem com o contexto socioeconômico de cada nação. No capítulo mais recente desta tendência, houve uma reestruturação política de orientação conservadora onde o impeachment da presidente Dilma, não pode ser ignorado. Para se compreender os direcionamentos das políticas educacionais e sua teleologia é preciso “compreender toda a realidade em seu movimento, nas suas ‘tendências’ — portanto na ‘unidade’ dos seus diferentes aspectos e contradições” (LEFEBVRE, 1981, apud FRIGOTO 2009).

O governo Lula, optando por uma atuação neoliberal moderada, atuou politicamente norteado pela ideia de conciliação de classes. Porém, essa forma de gestão, denominada “lulismo”, começou a ser encerrada oficialmente em 2014 com a reeleição apertada de Dilma e a desintegração da base aliada no congresso. O que culminaria com o ajuste fiscal de 2015 beneficiando e protegendo as elites econômicas encerrando o ciclo da política de conciliação de classes no Brasil (SINGER & LOUREIRO, 2016).

Independente de ter sido beneficiada por esse estilo de governo, a burguesia nacional que reprovava o neoliberalismo moderado petista assume de forma militante sua posição política. Importantes frações do grande capital mais beneficiado pelo lulismo, a saber, o capital financeiro, industrial e o agronegócio, assumem uma postura de distanciamento do governo (MACIEL, 2015).

Consoante Domingues (2015), a atuação do lulismo foi “modesta em seus resultados”, e teve como maior mérito a sua luta contra a implantação do neoliberalismo radical, como estava acontecendo pelo mundo. Ele implantou um social liberalismo de cunho progressista, fortaleceu o estado na gestão econômica nacional, suavizou de forma humanitária o sofrimentos da massa de miseráveis que foi historicamente excluída das políticas públicas no país. Mas, mesmo assim, suas ações não foram eficazes no sentido de construir a igualdade e diminuir as desigualdades.

Dentro deste mosaico de fatores, a função do governo Temer seria “reestruturar o capitalismo brasileiro de acordo com a agenda neoliberal, dando-lhe novo fôlego na América Latina para o projeto hegemônico dos EUA”. O início do governo Temer foi a transição da

política de conciliação de classes rumo à implantação da plataforma pragmática do neoliberalismo extremado (MANCEBO, 2017).

Em 29 de outubro de 2015, o governo (PMDB), pós-impeachment, apresenta sua plataforma política lançando o documento “Uma ponte para o futuro” defendendo a ideia de que o Brasil gasta demasiadamente com políticas públicas e precisa de medidas para reduzir os gastos por meio da desresponsabilização em prol de um estado mínimo. No entanto o mesmo documento não toca em problemáticas centrais como o pagamento de juros da dívida, e a desoneração tributária excessiva para beneficiar empresas (Marcelino, 2016).

## **EDUCAÇÃO OLIGOPOLIZADA**

Defender o “Estado Mínimo” e sua suposta eficiência, transferindo a culpa da crise para políticas de cunho social, foi uma forma de construir o discurso legitimador da participação da iniciativa privada na educação com seu paradigma toyotista de flexibilização e precarização do trabalho.

Segundo Mancebo (2018), foi o que instituiu a proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241/2016 (ou PEC nº 55/2016 no Senado), aprovada em 13 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016) que viria a ser posteriormente a EC número 95. Ela delimita um teto para os gastos públicos em áreas sociais (tal como saúde, educação, assistência social), pelos próximos 20 anos, de forma que não ultrapasse os gastos do ano anterior, corrigidos pela inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA).

A “Ponte para o futuro”, ao se concretizar, inviabiliza a realização do PNE, pois corta investimentos estratégicos essenciais para o financiamento da criação de novas matrículas, acesso, inclusão, permanência, qualidade e valorização do profissional da educação. As medidas do governo federal abriram precedentes que estão sendo seguidos por governos estaduais e municipais em todo o país.

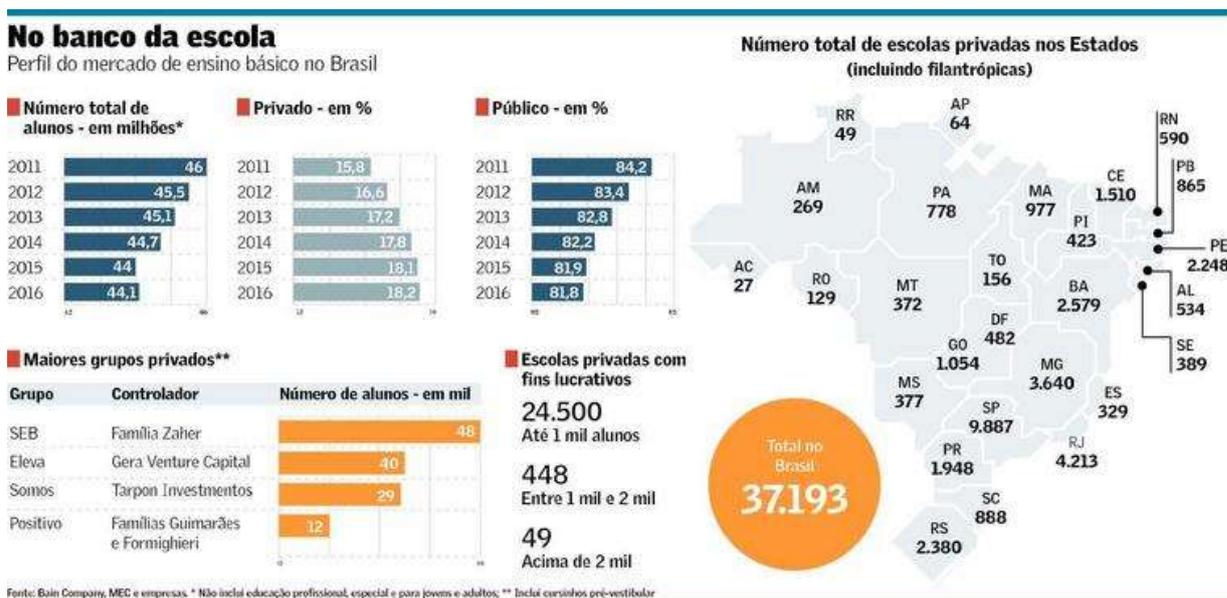
Conicionados por essa mentalidade, municípios, estados e união utilizam estratégias de flexibilização que enxugam a folha de pagamento. Por meio de projetos que beneficiam a terceirização, o poder público intensifica a contratação de empresas que negam aos funcionários os mais essenciais direitos trabalhistas garantidos pela CLT. Como é recorrente o regime de contrato que não remunera férias, não aceita atestado médico descontando o dia do trabalhador, não faz o depósito para o INSS, e nem paga o fundo de garantia. Realidade de muitos municípios e estados do país via processos seletivos simplificados e contratações (MORAES, INDIO E NETO, 2014).

## MAIORES GRUPOS ATUANTES NO BRASIL

Rubem Barros, autor da revista educação, publica um artigo em 03 de fevereiro de 2017 sob o título “Setor da educação básica entra no radar dos investidores”. Segundo ele, profissionais de sucesso no mercado financeiro começam a ver na educação básica um campo favorável de lucratividade.

Consoante Barros (2017), cinco grandes grupos se destacam na formação de grandes redes de escolas: SEB, Positivo, Somos Educação (comprado pela Kroton), Eleva Educação (Leman) e Eduinvest. Segundo Cordaro da Corus (apud BARROS, 2017), embora as transações passadas tenham sido menores do que na educação superior, a educação básica privada tem sido alvo de fusões há anos no país.

Figura 1: Ranking elaborado em 2017 contendo os quatro maiores grupos atuantes na educação básica brasileira.



Fonte: Folha de São Paulo, 2017.

Lembrando que, esta tabela foi redigida antes da CADE oficializar a compra da Somos pela Kroton, sendo assim, na atual conjuntura em que a compra já foi efetivada, as posições do ranking poderão mudar. Esses grupos são formados por editoras, sistemas, serviços, cursos de idiomas, cursos preparatórios, entre outros.

Barros (2017), afirma que os grandes grupos estão dispostos a atuar em setores com menor renda. Como o próprio ELEVA também se apropria de marcas de menor custo.

Assim constatamos uma hierarquização educacional voltada à estratificação definida pelo potencial financeiro da clientela. Porém, nenhum desses grandes grupos demonstra, por meio de atitudes concretas, interesse em investir no aumento de qualidade do setor público. Exemplo claro na oferta de livros didáticos pelo programa PNLD, as editoras apresentam o mesmo livro para rede pública e privada, porém a versão da rede pública é reduzida e na maioria das vezes, não possui material auxiliar de suporte pedagógico.

Outro gigante do setor a voltar suas ações à educação básica foi o Grupo Anima que, ao adquirir a Escola Lumiar. Segunda a Hoper, consultoria especializada, o ensino superior movimento cerca de R\$ 54,5 bilhões em 2017, enquanto a educação básica chegou a incrível soma de R\$ 60 bilhões, somente em mensalidades, fora outros serviços, venda de produtos e parceria com a rede pública (CUNHA, 2018).

## **KROTON**

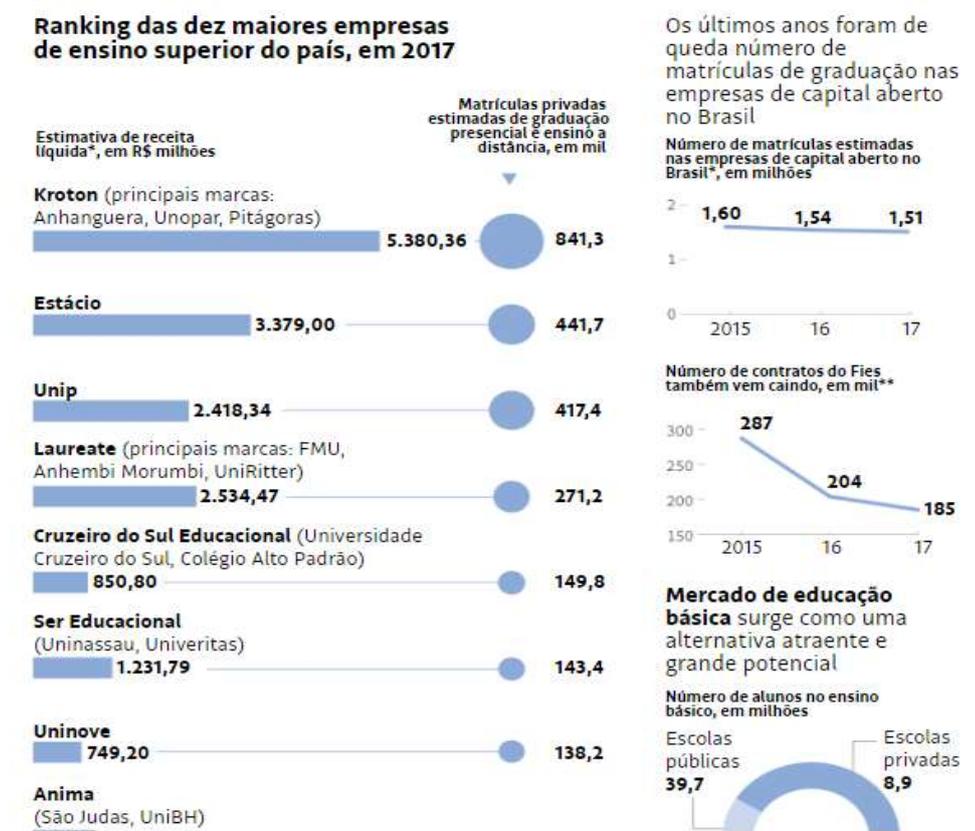
A Kroton é um grupo de capital aberto, com ações na bolsa de valores. Ela comprou a Anhanguera em 2013 numa operação avaliada em cerca de 5 bilhões na época. E só não adquiriu a Estácio porque foi barrada pela CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) agência reguladora. A gigante do setor que atuava no Ensino Superior, agora volta sua atenção para a Educação Básica. A empresa, com a incorporação da Anhanguera, passa a ter valor de mercado que chega a R\$ 24 bilhões. Tornando-se 17ª maior empresa da Bovespa em termos de valor de mercado (CUNHA, J. 2018).

Segundo Bonatelli, em matéria redigida para o jornal, O Estado e São Paulo, publicada em 11 de abril de 2018, ao comprar o Centro Educacional Leonardo Da Vinci, em Vitória (ES), a Kroton cria a holding Saber com a finalidade de investir no setor e incorporar nela todos ativos de educação básica que o grupo já possui. Ela é formada pelas marcas Pitágoras (educação básica), das faculdades Unic, Uniderp, Unime e Unopar, Anhanguera, Fama, Faculdade Pitágoras, dentre outros. E faz a sua mais nova aquisição, a Somos Educação, por R\$ 4,6 bilhões. Transação já aprovada pelo CADE segundo Nota Técnica Oficial<sup>5</sup> emitida tanto pela Kroton como pela Somos Educação.

---

<sup>5</sup> Disponível em: < <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/radar-krot3-aquisicao-somos/>>. Acesso em: 05 de dez. de 2018.

Figura 2: Ranking das dez maiores empresas de ensino superior do país, em 2017

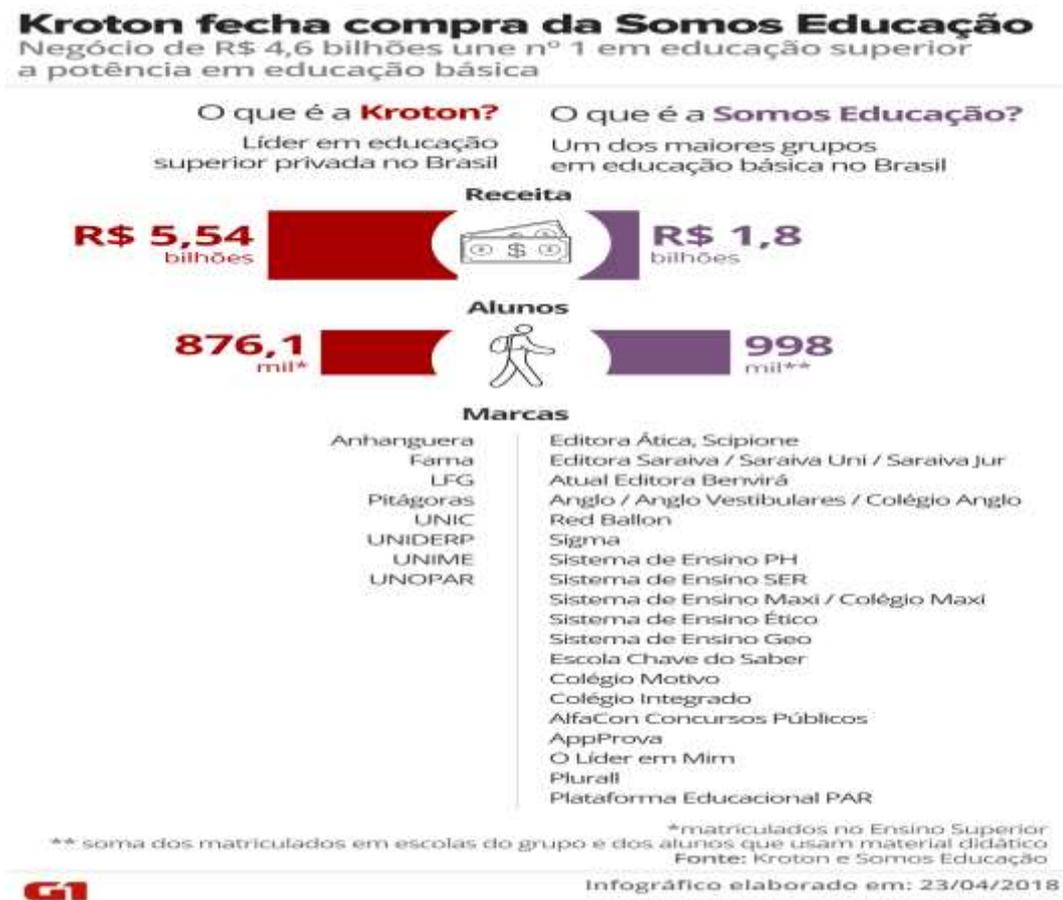


Fonte: Folha de São Paulo, 2018.

Na Nota Técnica Oficial, a Kroton informa aos seus investidores que, “a educação básica é 1,8x maior que o ensino superior”. Enquanto o investimento no ensino superior pode render R\$ 55 bilhões, a educação básica atinge R\$ 101 bilhões (nota técnica, p.5). Alguns caminhos para angariar recursos públicos, seria a venda de sistemas de ensino, escolas parceiras, PNLD e treinamento dos professores (KROTON, 2018, p. 6).

Um dos tópicos mais preocupantes é que, ao se apresentar como o maior player de educação básica do país, o grupo já informa que sua atuação estará posicionada para transformação digital no segmento da educação básica (KROTON, 2018).

Figura 3: Kroton fecha compra da Somos Educação



Fonte: G1. Globo.com, 2018. <sup>6</sup>

O que aparentemente pode parecer interessante, se fosse no sentido de instrumentalizar as unidades escolares para que houvesse a democratização da tecnologia como mais um instrumento metodológico a ser utilizado por alunos e docentes. No entanto, o receio é que o grupo faça a mesma coisa que fez no ensino superior expandindo a EAD sem nenhum critério, de forma precarizada, explorando a mão de obra e ofertando um trabalho de péssima qualidade, a exemplo da Anhanguera.

No entanto, ao se analisar o caráter invertido de atuação na educação básica, é possível perceber que a tratativa será dualista. É possível prever que, na rede pública o grupo primará pela precarização, como já está influenciando o governo para que a EJA seja EAD e parte do ensino médio também. No entanto, na rede privada, a transformação digital terá um caráter qualitativo, próprio de instituições que querem formar as elites (MANCEBO, 2015).

O acirramento das desigualdades no campo educacional potencializa o avanço de instituições que funcionam como mecanismos de distinção que, “baseiam-se sempre, por um

<sup>6</sup> Infográfico. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/kroton-fecha-compra-da-somos-educacao-por-r-46-bilhoes.ghtml>>. Acesso em: 16 out. 2018.

lado, na decifração inconsciente de traços expressivos em que cada um só adquire sentido e valor no interior do sistema de suas variações segundo as classes” (Bourdieu, 2007, p. 225). O mercantilismo se apropria de recursos públicos, orienta a criação de políticas educacionais, exerce influência em reformas, como aconteceu na reforma do ensino médio, formata a proposta da criação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e atinge o currículo.

## **SOMOS EDUCAÇÃO**

A Somos, Gerida pela Tarpon Gestora de Recursos, é o maior grupo nacional atuante na educação básica brasileira, segundo o seu Site Oficial, foi formada em 2010 pelas editoras Ática e Scipione, juntas ao Sistema de Ensino Ser, todos pertencentes ao Grupo Abril. Nessa iniciativa nasce a Abril Educação se especializando na produção de livros didáticos e paradidáticos. A forte expansão da nova frente de trabalho atraiu a atenção dos investidores de fundos de private equity<sup>7</sup>, ainda em 2010 a BR investimentos adquiriu 24,7% do capital da Abril Educação S. A. Em junho de 2011 o grupo recorre ao mercado de capitais para captar recursos por meio de oferta pública inicial de ações (IPO) (SOMOS, 2018) <sup>8</sup>.

E seguindo a tendência de tentar levantar fundos e obter lucros atuando no ensino básico, em março de 2017, a Somos adquiriu “o AppProva, uma plataforma de testes e diagnósticos para alunos, escolas e instituições de ensino superior e, no fim de 2017, adquirimos a Stoodi e a Livro Fácil, fortalecendo ainda mais nossa plataforma educacional para ensino básico” (idem). A fusão da Somos Educação com a Kroton implica em consequências que afetam diretamente a criação de políticas públicas na área.

## **MODELO EDUCACIONAL EMPRESARIAL**

Segundo Cerqueira, em artigo escrito à Revista Veja, da editora Abril, em março de 2017, o grupo Lemann, atrás da Somos Educação, agora Kroton, é o segundo maior grupo atuante na educação básica no Brasil. O investidor Jorge Paulo Lemann acredita num modelo de educação voltado para o empreendedorismo meritocrático. É um dos maiores investidores do grupo Gera Venture Capital, sendo, um dos donos da AB InBev, a maior cervejaria do

---

<sup>7</sup> Private Equity é uma expressão em inglês que pode ser traduzida para "Ativo Privado", uma modalidade de fundo de investimento que consiste na compra de ações de empresas que possuam boas faturações monetárias e que estejam em notável crescimento.

<sup>8</sup> Site oficial da Somos. Disponível em: <<http://www.somoseduacao.com.br/quem-somos>>. Acesso em: 25 de set. 2018.

mundo, e de empresas como a rede americana de fast-food Burger King, o carioca filho de suíços capitaneia uma máquina de aquisições (CERQUEIRA, 2017).

O modelo de educação proposto por esses grupos é estritamente comercial e voltado ao mercado de trabalho, implanta processos de gestão voltados à eficiência, com rígido controle de custos, perseguindo resultados de forma obsessiva, premiando por meio da meritocracia. Investem na inovação incremental, adaptando o que já existe, por meio de pesquisa. Esses grupos de capital aberto, com seus fundos, formam uma teia complexa que inviabiliza a ideia de livre mercado e concorrência, pois, em muitos casos, os investidores são proprietários de ações de marcas aparentemente rivais.

A indução estatal na educação básica passa a acontecer por meio do aparelhamento. Os grupos adquirem as editoras que fornecem livros e materiais didáticos, ofertam sistemas, programas, treinamentos, serviços especializados e avaliações. Além do lucro, recebem subvenção e em muitos casos, isenção fiscal por meio de um sistema tributário que onera quem ganha menos e desresponsabiliza a elite financeira empresarial.

Mancebo (2017) apresenta o periódico “O Estado de São Paulo”, de maio de 2016, que publica um artigo que revela a tendência pós-fordista, a saber, o trabalho flexibilizado. O título da matéria era “Faculdades crescem, mas investem menos em docentes”. Nela são apresentados dados contendo a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) a pedido da Federação dos Professores do Estado de São Paulo (FEPESP). Os dados foram extraídos da balança financeira acompanhando os grupos Anima, Kroton, Estácio e Ser – antes da fusão da Kroton e Somos. Segundo a pesquisa, de 2011 a 2015 esses grupos cresceram cerca de 328%, sem dedução de impostos. Porém o salário dos professores caiu de 40% em 2011 para 37%, em 2016. Ficou nítido que essas empresas não repassaram os lucros para os professores, nem investiram em qualificação e melhoria no ensino e/ou condição de trabalho. Será que essas empresas estão mais preocupadas em lucrar do que em promover uma educação de qualidade?

Confirmando a tese de Marx (2002) Mais Valia, esses grupos implantaram inovações gerenciais próprias do universo empresarial. Os quadros de funcionários foram drasticamente reduzidos. Docentes passaram a acumular funções sob a doutrina da polivalência. Sendo moldados ao dogma da resiliência para que se adaptem a qualquer condição de trabalho.

Sguissardi (2015) aponta a importância dos fundos de investimentos privados (private equity), no processo. Segundo o autor, transnacionais sediadas no EUA foram

responsáveis por formatar as primeiras empresas brasileiras que atuariam com capital aberto ofertando ações na bolsa de valores (Initial Public Offering – IPO) <sup>9</sup>.

O fundo levantado na formação dos grupos também se destinava à aquisição de empresas educacionais e investimentos no setor que pudessem ser rentáveis. A própria EAD desponta nesse panorama como um ótimo instrumento de lucratividade sem grandes investimentos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Lutar por uma educação pública de qualidade, através da criação de políticas públicas que transcendem programas e projetos parciais, como é o caso da Lei 13005 (PNE), é reconhecer que, a meritocracia, ações pontuais e isoladas, não resolverão o problema. Ou seja, a área precisa de ações que abranjam ao máximo as dimensões que envolvem a prática educativa formal. Ações de caráter sistêmico.

Como culminância de uma articulação perversa das elites políticas e econômicas, os lobbys, a serviço do capital, fizeram o Brasil desembocar na Emenda Constitucional N° 95. Mais eficiente instrumento de precarização do funcionalismo público utilizado nas últimas décadas. Segundo Nilton Brandão (2018), presidente do PROIFES, ao se pronunciar na Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), realizada em Belo Horizonte, essa emenda constitucional é tão perversa que seria preciso eleger uma bancada de deputados e senadores comprometidos com a revogação da Emenda Constitucional (EC) 95. Sem revogá-la, a educação pública brasileira não terá futuro. Fato que não foi verificado nas eleições de 2018 (PROIFES, 2018).

Compondo o mosaico de retrocessos, temos a reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/17), a nova BNCC, EJA, Ensino Médio à distância, tentativa de implantação da lei da mordça do Movimento Escola Sem Partido (PL n° 7.180/14), que, como aponta a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, interfere de forma ilegal e inconstitucional no processo democrático de organização escolar, ao sugerir código de conduta às avessas aos educadores e educadoras (CNTE, 2018). Dentre tantas outras, tais ações estão interconectadas dentro de um mesmo paradigma.

---

<sup>9</sup> Oferta pública inicial é um tipo de oferta pública em que as ações de uma empresa são vendidas ao público em geral numa bolsa de valores pela primeira vez.

O Brasil se tornou uma ilha dos desejos para a realização do mercado rentista nacional e internacional. Os grupos, Kroton, SEB, Eleva, e etc., elencados na pesquisa, evidenciam que, tais investidores não tratam a educação a partir de seu fim social, mas pela lógica bancária visando lucro. Quando denunciemos o avanço do privado sobre o público, não se trata apenas de transferência de recursos, mas denunciemos a reprodução de uma lógica que pilha e combate o bem público desenvolvendo uma ética que perpassa ações, ideologias e pensamentos.

Esses grupos aprovam facilmente medidas que os beneficiam, são privilegiados em licitações para ofertar serviços, anulando assim a concorrência com grupos menores. E não podemos ignorar a influência dos órgãos multilaterais como ONU, FMI e OMC na formulação de linhas mestras das políticas educacionais neoliberais.

Acredito que a maior contribuição deste trabalho tenha sido apresentar e sistematizar pontos aparentemente isolados que compõem um mesmo movimento do capital financeiro internacional operando em território nacional. E para tal, construir uma visão panorâmica foi essencial.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; BERTAGNA, R.; PAIVA, G.; XIMENES, S. Sistemas de Ensino Privado na Educação Pública Brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação. Relatório de Pesquisa. São Paulo, 2015. Disponível em: <[http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Relat%C3%B3rioAcaoEducativa2016\\_versaoPreliminar.pdf](http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Relat%C3%B3rioAcaoEducativa2016_versaoPreliminar.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2018.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; BERTAGNA, R.; PAIVA, G.; XIMENES. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. Educ. Soc., Campinas, v. 37, n. 134, p.113-131, jan./mar. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v37n134/1678-4626-es-37-134-00113.pdf>>. Acesso em: 13 de jul. 2018.

APPLE e BURAS, 2008 apud ESTEBAN. 2015. A redução da escola: a avaliação externa e o aprisionamento curricular. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 1/2015, p. 75-92. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/nspe1/1984-0411-er-1-spe-00075.pdf>> Acesso: 24 de jul. 2018.

BARROS, R. Setor de educação básica entra no radar dos investidores. Rev. Educ. e Cult. Ed. 236. 03 fev.2017. Disponível em: <<http://www.revistaeducacao.com.br /setor-de-educacao-basica-entra-no-radar-dos-investidores/>>. Acesso em: 02 de ago. 2018.

BONATELLI, C. 2018. Kroton faz aquisição e cria holding de ensino básico. Estadão. São Paulo, 11 abr. 2018. Disponível em: < <https://economia.estadao.com.br/noticias/geralkroton-faz-aquisicao-e-cria-holding-de-ensino-basico,70002263383>>. Acesso em: 17 de jul. 2018.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRANDÃO, N. “A educação pública brasileira não terá futuro”, diz presidente do PROIFES sobre a EC 92. PROIFES, 25 de maio de 2018. Disponível em: < <https://www.proifes.org.br/noticias-proifes/a-educacao-publica-brasileira-nao-tera-futuro-diz-presidente-do-proifes-sobre-a-ec-95>>. Acesso em: 11 de set. de 2018.

BRASIL. Presidência da República. Plano nacional de Educação. Lei 13005 de 25 de junho de 2014. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>. Acesso em: 07 de jun. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm) > . Acesso em: 08 de ago. 2018.

CARDIN, P. **PNE: três anos perdidos**. Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Reitoria n. 301. 26 jun. 2017. Disponível em: < <http://www.belasartes.br/diretodareitoria/artigos/pne-tres-anos-perdidos>>. Acesso em: 17 de ago. 2018.

CERQUEIRA, S. Lemann e o sonho de transformar a educação brasileira. Revista Veja, março de 2017. Disponível em: < <https://vejario.abril.com.br/cidades/lemann-e-o-sonho-de-transformar-a-educacao-brasileira/>>. Acesso em: 02 de ago. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. Não à lei da Mordaca. Disponível em: < <https://www.cnte.org.br/index.php/comunicacao/noticias/20333-nao-a-lei-da-mordaca-votacao-sera-nesta-quarta-31-na-camara-dos-deputados.html>>. Acesso em: 19 de maio 2019.

CUNHA, J. Conglomerados do ensino superior avançam sobre a educação básica. Jornal Folha de São Paulo, 17 de jun. 218. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/conglomerados-do-ensino-superior-avancam-sobre-a-educacao-basica.shtml>>. Acesso em: 02 de jul. 2018.

DOMINGUES, J. M. **A conjuntura em duas durações**: da crise à disputa do futuro. Trincheiras, Revista do IBASE, 2015. Disponível em: <[http://www.academia.edu/12210838/A\\_conjuntura\\_em\\_duas\\_dura%C3%A7%C3%B5es\\_da\\_crise\\_%C3%A0\\_disputa\\_d\\_o\\_futuro\\_Trincheiras\\_no.\\_1\\_IBASE\\_abril\\_2015](http://www.academia.edu/12210838/A_conjuntura_em_duas_dura%C3%A7%C3%B5es_da_crise_%C3%A0_disputa_d_o_futuro_Trincheiras_no._1_IBASE_abril_2015)>. Acesso em: 21 de jun. 2018.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a14.pdf>>. Acesso em: 10 de ago. 2018.

KROTON. Nota Técnica. 2018. Disponível em: <<http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/ArquivoComCabecalho.asp?motivo=&protocolo=611898&funcao=visualizar&Site=C>>. Acesso em: 22 de ago. 2018.

MACIEL, D. A. Crise atual no Brasil. 2015. Disponível em: < <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/05/Conjuntura-David-Maciel.pdf> >. Acesso em: 17 de jun. 2018.

MANCEBO, D.; SILVA JÚNIOR, J.R.; OLIVEIRA, J.F. Políticas, Gestão e Direito a Educação Superior: Novos Modos de Regulação e Tendências em Construção. *Acta Scientiarum. Education*, v. 40(1), e37669, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/viewFile/37669/21762>>. Acesso em: 06 de ago. 2018.

MANCEBO, D. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n.º. 141, p.875-892, out.-dez. 2017. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/es/v38n141/1678-4626-es-es0101-73302017176927.pdf>> Acesso em: 09 de ago. 2018.

MANCEBO, D.; VALE, A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil. *Revista Brasileira de Educação* v. 20 n. 60 jan.-mar. 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf> >. Acesso em: 03 de ago. 2018.

MARCELINO, F. (2016). Temer e sua ponte para o passado. 04 de abr. 2016. Disponível em: <http://outraspalavras.net/brasil/temere-sua-ponte-para-o-passado>>. Acesso em: 08 de ago. 2018.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política (vols. 1 e 2)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (2002).

MORAES, V.; INDIO, E. C.; NETO, A. As Centrais Sindicais e os temas trabalhistas. *Estud. av.* vol.28 no.81 São Paulo May/Aug. 2014. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142014000200017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200017)>. Acesso em: 16 de nov. 2018.

MORENO, A. C. Justiça derruba decisão que obrigava o MEC a implementar valor de gasto por aluno. *G1*, 12 de out de 2017. Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/justica-derruba-decisao-que-obrigava-mec-a-implementar-valor-de-gasto-por-aluno.ghtml>>. Acesso em: 02 de ago. de 2018.

MORENO. A C.. Governo veta prioridades para as metas do Plano Nacional de Educação. *Jornal o Globo*, 09 de ago. de 2017. Disponível em:< <https://g1.globo.com/educacao/noticia/governo-veta-prioridade-para-metas-do-plano-nacional-de-educacao-no-orcamento-de-2018.ghtml>>. Acesso em: 07 de jun. 2018

PROIFES. Educação pública brasileira não terá futuro, diz presidente do PROIFES sobre a EC 95. 25 de maio de 2018. Disponível em: < <https://www.proifes.org.br/noticias-proifes/a-educacao-publica-brasileira-nao-tera-futuro-diz-presidente-do-proifes-sobre-a-ec-95>>. Acesso em: 23 de jul. de 2018.

SAVIANI, 2014. Entrevista com Demerval Saviani - PNE. 07 de abr. de 2014. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-dermeval-saviani-pne>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

**SGUISSARDI, V. Estudo Diagnóstico da Política de Expansão da (e Acesso à) Educação Superior no Brasil – 2002-2012.** Brasília: Edital N. 051/2014 SESU; Projeto de Organismo Internacional – OEI; Projeto OEI/BRA/10/002, 2014.

**SINGER, A.; LOUREIRO, I. (Orgs.). As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.